



Índice

- 01 "Negar existência aos indígenas é uma agressão ao Brasil", considera dom Erwin Kräutler
- 02 Indígenas comemoram segundo nascimento do ano em aldeia Avá-Canoeiro
- 03 Projeto Cultivação promove Seminário e Encontro entre mulheres do campo e indígenas em Juruena
- 04 Primeira-dama da Capital atende acampamento indígena afetado por vendaval desta madrugada
- 05 Indígenas de Pirapora e do "Velho Chico" se reúnem na Bahia
- 06 MPF apura utilização de terras indígenas como garantia para financiamentos privados
- 07 Bebê indígena morre em incêndio no Centro do Estado
- 08 Novos negócios ampliam visibilidade para agricultores familiares
- 09 Cresce o uso de álcool e drogas entre índios de RR, diz Conselho Indígena
- 10 Festa da Rapadura valoriza tradições culturais de comunidades quilombolas do Jalapão
- 11 Indígenas de Brasilândia adquirem máquinas no Projeto Pintando e Aprendendo Ofaié



- 12** Indígenas denunciam Estado mexicano por violações de direitos
- 13** Comunidades ameríndias do Equador sofrem com derrame de petróleo
- 14** MG – Suspeito de tentativa de homicídio em reserva indígena Xakriabá é procurado
- 15** Levantamento demarca situação de terras indígenas regularizadas
- 16** Indígenas bloqueiam desde domingo MS-156 em protesto contra acidentes
- 17** Indígenas 'acampam' e dizem que só liberam trecho da Perimetral após compromisso de sinalização
- 18** Prejuízo de produtores rurais com cheia ultrapassa R\$ 150 milhões no RS
- 19** Passo Fundo - MPF recorre para garantir saúde a índios Kaingang de Mato Castelhana
- 20** Povos indígenas em foco
- 21** Começa esta manhã a Grande Assembleia dos Povos Indígenas do Brasil, dentro do 46º Festival de Inverno da UFMG
- 22** Manifestação contra Reintegração de posse – Aldeia Tekoa Pyau – Jaraguá SP
- 23** I Seminário Sobre Educação Escolar Indígena no Rio Grande do Norte, em Canguaretama/RN, de 21 a 23 de julho
- 24** Conflitos no Campo Brasil, em 2013: Povos indígenas foram os mais violentados e os que mais resistiram
- 25** Indígenas denunciam Estado mexicano por violações de direitos
- 26** Comunidades indígenas denunciam desalojamento forçado e violência policial



-
- 27** [Sindicato Rural de Caarapó encerra curso na Reserva Indígena Te' Yikue](#)
 - 28** [Eleições e a Questão Indígena: Eduardo Campos diz que garantirá demarcações de Terras Indígenas](#)
 - 29** [Primeira assembleia dos povos indígenas será realizada na manhã de hoje](#)
 - 30** [Enquanto Funai admite paralisação de demarcações, relatório demonstra efeitos da política governista](#)
 - 31** [Conselheira Federal da OAB fala sobre Direito Indígena na entrevista da semana](#)
 - 32** [O sangue que tinge nossa terra](#)



"Negar existência aos indígenas é uma agressão ao Brasil", considera dom Erwin Kräutler

SÍTIO PADRES E IRMÃO PAULINOS, 18.07.2014

Por CNBB

O bispo da prelazia do Xingu (MT) e presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), dom Erwin Kräutler, participou do lançamento do relatório "Violência contra os povos indígenas no Brasil – dados de 2013", na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília. Para ele, os indígenas estão ameaçados "em sua sobrevivência física e cultural" e, quando se nega aos índios o direito à sua existência, acontece uma "agressão, inclusive contra o próprio Brasil".

Ao lembrar o documento da Conferência do Episcopado Latino-Americano de Aparecida – que em seu parágrafo "65" alerta sobre exclusão social, situação em que "os excluídos não são somente 'explorados', mas 'supérfluos' e 'descartáveis'" –, dom Erwin denuncia que a sociedade atual é "anti-indígena", os colocando no patamar descrito no texto. "Os índios têm uma outra maneira de viver, encaram a vida de jeito diferente, tem outra forma de se organizar, tem sua cultura, sua língua, eles têm direitos, são os primeiros habitantes dessa terra", disse.

De acordo com o relatório "Violência contra os povos indígenas no Brasil – dados de 2013", mais 12 mil índios foram vítimas de racismo, ameaças, abuso de poder, assassinatos e por omissão do poder público. Em todo país, foram contabilizados 97 casos de violência contra o patrimônio dessas populações, como conflitos territoriais, invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e morosidade na regularização de terras.

Dom Erwin Kräutler afirma que "o denominador comum de tudo é a falta de demarcação de áreas indígenas". O bispo alerta sobre o não cumprimento da norma constitucional de 1988, que determinou a demarcação dos territórios "no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição. "Nem a metade das terras indígenas foram demarcadas ou tiveram seu processo de demarcação concluído. Isso é um absurdo! Porque eu não posso legislar em nível de constituição e depois colocar de escanteio e fazendo de conta que nada aconteceu", denunciou.

Segundo o relatório, no último governo foram expedidos somente 11 documentos sobre homologação de territórios indígenas. Por outro lado, incide na Amazônia projetos de desenvolvimento, que afetam os recursos e os povos que habitam na região. Dom Erwin alerta para a ideia de crescimento econômico, "desenvolvimentismo" e aumento de exportações.

"Para nós, o desenvolvimento e o progresso seria maior qualidade de vida, mas não apenas para uns poucos brasileiros, para uma oligarquia, mas para todo Brasil, inclusive os povos indígenas, os seguimentos da sociedade que hoje são marginalizados, em termos saúde, educação, transporte, habitação e segurança pública. Isso é desenvolvimento. O resto é favorecimento de uma minoria que aumenta o seu patrimônio à custa de pobres cada vez mais pobres", resumiu.



Índigenas comemoram segundo nascimento do ano em aldeia Avá-Canoeiro

SÍTIO PORTAL EBC, 18.07.2014

Mais uma criança avá-canoeiro nasceu neste ano na Aldeia Santa Isabel do Morro, no Tocantins. É o segundo nascimento em 2014, de acordo com a Funai.

A chegada dos bebês é motivo de grande comemoração. Em 1973 e 1974, depois de décadas de perseguições e massacres de aldeias inteiras, o órgão contatou 11 sobreviventes dos Avá-Canoeiro do Araguaia que estavam refugiados na Mata Azul, dentro da Fazenda Canuanã, situada no vale do Rio Javaés, principal afluente do Rio Araguaia.

Os remanescentes do povo avá-canoeiros foram transferidos para a aldeia dos vizinhos Javaé, seus antigos inimigos, onde vivem até hoje à espera do retorno para o território de ocupação tradicional.



Projeto Cultivação promove Seminário e Encontro entre mulheres do campo e indígenas em Juruena

SÍTIO JUÍNA NEWS, 18.07.2014

No último dia 11 e 12 de julho mulheres rurais e indígenas Apiaka, Kayabi, Munduruku e Cinta larga se reuniram para participar do I Encontro de Mulheres Rurais e Indígenas do Noroeste de Mato Grosso e do I Seminário Protagonismo de Mulheres, Acesso a Políticas de Igualdade e de Gênero e Economia Solidária. O evento aconteceu no Assentamento Vale do Amanhecer, em Juruena.

Durante o encontro as mulheres tiveram a oportunidade de conhecer o trabalho da Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia (AMCA) proponente do Projeto CultivAção, patrocinado pela Petrobras através do Programa Socioambiental. Elas visitaram a fábrica de beneficiamento de produtos oriundos da castanha-do-Brasil, popularmente conhecida como castanha-do-Pará. A fábrica já funciona há 5 anos produzindo amêndoa, biscoito doce e salgado e macarrão de castanha. "Elas são uma inspiração para gente. Nosso maior desejo é chegar nesse mesmo nível lá na nossa comunidade, conseguir desenvolver e trazer benefícios para nossa comunidade também", diz Lucilene de Maciel Silva, moradora da Comunidade Somapar e presidente da AMAC – Associação de Mulheres Andorinhas do Canamã.

Associativismo, acesso a políticas de igualdade de gênero e violência contra mulher também foi pauta do evento. A palestrante Lucineide dos Santos Pereira, teóloga e consultora do projeto, trabalha estas questões e veio diretamente de Recife para participar do Encontro. Ela ficou bastante impressionada com a articulação que o Projeto CultivAção tem desenvolvido junto às mulheres de Juruena. "Senti muito otimismo, muita esperança. Fiquei muito feliz de ver a união entre elas e achei interessante que aqui no cantinho da Amazônia brotam essas forças vivas. Eu estou acostumada mais a uma realidade da cidade grande, e aqui, por mais que também tenha dificuldades, a articulação é muito grande. Eu vejo muita garra, dinamismo, persistência e esforço".

Durante o evento foram realizadas gincanas com distribuição de presentes, entre eles o "dia de beleza", onde as ganhadoras tiveram a oportunidade de desfrutar de serviços que muitas vezes são inacessíveis para as mulheres do campo, como maquiagem, manicure, pedicure, cabelo, ou seja, um banho de beleza completo.

Ao todo participaram aproximadamente 150 mulheres, que tiveram momentos importantes de partilha, troca de experiências, cuidados para seus filhos e refeições durante todo o evento. A ajuda do Projeto CultivAção foi fundamental, pois sem ela, dificilmente as mulheres conseguiram participar, uma vez que elas enfrentam as dificuldades do dia-a-dia, como as atividades domésticas, o cuidados com os filhos e as longas distâncias para chegar até a sede do evento.

Sobre o CultivAção

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 124 / 2014

Brasília, 21 de julho de 2014.

O objetivo do projeto CultivAção, executado pela Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia e patrocinado pela Petrobras através do Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania, desenvolvido na região noroeste de Mato Grosso, é gerar renda e inclusão social, de gênero e digital para moradores do assentamento do Vale do Amanhecer e nas comunidades 13 de Maio e Somapar.



Primeira-dama da Capital atende acampamento indígena afetado por vendaval desta madrugada

SÍTIO NOTICIDADE, 19.07.2014

A primeira-dama de Campo Grande Andréia Olarte visitou no fim da manhã desta sexta-feira (18) um acampamento no bairro Santa Mônica onde, há duas semanas, estão morando 65 famílias indígenas oriundas de Aquidauana. A visita teve como objetivo levar cobertores arrecadados com a Campanha do Agasalho "Quem Ama Aquece!" afim de amenizar o sofrimento dos moradores que, devido ao vendaval ocorrido nesta madrugada, tiveram os barracos destruídos.

Já foram entregues pela Defesa Civil 80 metros de lona, quatro colchões e a Secretaria de Assistência Social (SAS) disponibilizou outros 18 colchões além de cestas básicas. "Viemos para Campo Grande em busca de melhores condições para nossas famílias, para podermos proporcionar melhores oportunidades aos nossos filhos e, de repente, acontece uma coisa dessas, a gente fica desesperado. Mas Deus é muito bom e coloca pessoas maravilhosas no nosso caminho para nos ajudar a ficar de pé novamente", disse emocionada Vastir Eloi, uma das lideranças do acampamento, lembrando da noite passada quando uma mãe teve que recorrer à ajuda dos vizinhos para cuidar do bebê recém-nascido durante o vendaval, enquanto via seus pertences serem levados pelo vento.

"Por meio da ação rápida da SAS, pudemos fazer um levantamento preciso do local e das necessidades mais urgentes dessas famílias. Agora, daremos prosseguimento às ações como o cadastramento dessas pessoas para que elas também possam usufruir outros benefícios a que têm direito, até que possamos resolver questões como moradia e outras reivindicações feitas por eles", pontuou Andréia Olarte.

Conforme levantamento prévio feito pelas equipes da SAS, as famílias perderam praticamente tudo, roupas, colchões, alimentos, inclusive documentos. "O CRAS irá agora fazer o acompanhamento dessa comunidade para identificar outras possíveis demandas e trabalhar no que for preciso para proporcionar a eles condições de vida digna, sempre buscando o bem-estar", afirmou a titular da SAS Janete Belini.

O caso

Durante as duas horas de chuva da madrugada desta sexta (18), foram registrados ventos de até 87 quilômetros por hora e 21,6 milímetros de chuva. A Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Habitação (Seintrha) registrou ainda sete denúncias de queda de árvores durante a manhã de hoje.

Serviço: O número 3314-3675 atende a todas as denúncias de árvores derrubadas por meio do teleatendimento da Seintrha. Outra alternativa é a Central do Cidadão, localizada na rua Cândido Mariano, 2.655, Centro.

Indígenas de Pirapora e do “Velho Chico” se reúnem na Bahia

SÍTIO PREFEITURA DE PIRAPORA, 19.07.2014



Na diversidade populacional da Bacia do Rio São Francisco vivem 32 povos indígenas de diferentes etnias, em mais de 50 territórios espalhados por 6 estados brasileiros: Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Essas populações, estimada em 100 mil índios, estarão representadas no III Seminário dos povos indígenas da Bacia do Rio São Francisco, que acontece neste fim de semana, na aldeia Pataxó Barra Velha (a 200 km de Porto Seguro, no Sul da Bahia).

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF, organizador do encontro, reuniu cerca de 200 lideranças indígenas da bacia, além de representantes de povos de outros estados, como Espírito Santo, Ceará e Paraíba. No seminário acontecem discussões referentes aos problemas de abastecimento de água que hoje afetam diversas regiões do “Velho Chico” e suas populações ribeirinhas, incluindo os indígenas.

Além disso, o fortalecimento do Dia Nacional em defesa do Velho Chico, os projetos de recuperação hidroambiental financiados com recursos da cobrança pelo uso da água em território aborígene e a criação de uma agenda interna dos povos indígenas completam a pauta do evento. Junto com o Cacique Uilton Tuxá, da Aldeia Tuxá – Rodelas/Bahia, o CBHSF tem em seu colegiado outros 3 representantes indígenas, entre eles Anália Aparecida da Silva (da comunidade Tuxá, em Pirapora, representando a região Norte de Minas).

CONT.



Anália explicou que a escolha de Porto Seguro – mesmo não sendo um município da bacia sanfranciscana – se deu por questões de integração: “Queremos interagir com os povos indígenas do litoral e passar para eles a nossa luta em benefício do Rio São Francisco”, disse. Na mesma semana, Porto Seguro sediará a Assembleia geral da APOINME – Articulação dos povos e organizações indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Entre as tribos que habitam a Bacia do velho Chico estão: Xucuru, Tuxá, Aranã, Pankararu, Tingui-Botó e Fulni-ô.

O Prefeito Léo Silveira destacou que “a liderança e o ativismo de Anália Aparecida, representam não só a comunidade tuxá e os grupos indígenas do Norte de Minas, mas também o município de Pirapora – ‘Piraporé’ (morada do peixe), fundado junto a cachoeira do Rio São Francisco, no exato local onde um dia ocupado pela aldeia da tribo dos Cariris (Kariri), originária do interior do Ceará”, afirmou . O encontro entre os cariris e a expedição dos bandeirantes Salmeron e Rodrigo Soeiros é considerado o primeiro registro histórico sobre as origens de Pirapora, lembrou o prefeito.

Foto: Ivan Rodrigues



MPF apura utilização de terras indígenas como garantia para financiamentos privados
SÍTIO DIÁRIO DA MANHÃ, 19.07.2014

A obtenção de financiamentos bancários por não índios, mediante a entrega em garantia de imóveis inseridos em áreas já declaradas indígenas pelo Ministério da Justiça, está sendo apurada pelo Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul. Em levantamento preliminar realizado pela Procuradoria da República, em Erechim, foi constatado que cerca de 10% dos imóveis contidos nessas áreas estão gravados com hipotecas vinculadas a créditos obtidos com instituições financeiras.

De acordo com o MPF, a descoberta indica que a União e a Funai estão deixando de promover a averbação dessa condição junto aos registros de imóveis, em desconformidade com o parágrafo 3º do art. 246 da Lei dos Registros Públicos (6.015/73). A ausência de averbação permite que instituições financeiras recebam, em garantia de financiamentos e empréstimos, terras já declaradas como indígenas.

Segundo o procurador da República, Ricardo Gralha Massia, além do risco de dilapidação do patrimônio da União, reservado com exclusividade em favor dos indígenas, a contratação de financiamentos com a indicação destes imóveis como garantia da dívida pode ensejar prejuízos ao Sistema Financeiro Nacional, pois, em caso de inadimplência, os bens não poderão ser alienados para satisfazer eventuais débitos financeiros. "Além disso, a ausência da inscrição da portaria declaratória nas matrículas dos imóveis apresenta risco ao patrimônio de particulares que, desconhecendo ser área indígena, possam comprar terras que não podem ser vendidas", explica Massia.

Além de comunicação expedida ao Banco Central, à Funai e à Secretaria do Patrimônio da União, para que adotem as providências cabíveis para impedir que a prática continue ocorrendo, as instituições financeiras da região de Erechim deverão informar ao MPF a relação dos contratos firmados nessas circunstâncias.

'Atuação pode levar agricultores à falência'

Para o advogado Nestor Hein, que defende 104 agricultores do Mato Preto, a atuação do MPF é indevida e irresponsável. "Oficiar instituições financeiras alertando para que não concedam financiamentos aos agricultores pode leva-los à falência. Além disso, é uma tentativa terrorista de forçar um acordo espúrio", declarou.

Hein reforça que a área do Mato Preto não é ocupada por indígenas e os laudos que afirmam o contrário são fantasiosos. "Diante de tantas fragilidades jurídicas os agricultores não têm o porquê aceitar acordos e não o farão. Estes agricultores são trabalhadores e muitos têm escrituras centenárias", enfatizou.

CONT.



Para o advogado também é fonte de preocupação dos agricultores a 'manobra' que estaria ocorrendo para a compra de 10 a 20 hectares no coração do Mato Preto, visando à colocação de famílias indígenas para residirem dentro da área. "O pequeno produtor sempre espera de entidades que se dizem defensoras de agricultores e de poderes constituídos serenidade e tentativas de acordo por meio do diálogo e não o que vem acontecendo e que nos decepciona e nos faz temer", disse, acrescentando que não há possibilidade jurídica alguma de empurrar goela abaixo uma demarcação ilegal como esta. "Temos ações tramitando na Justiça e o Brasil não é uma ditadura. Enquanto houver Poder Judiciário atuante, os produtores podem ficar tranquilos porque não perderão suas terras", assegurou.

Justiça Federal quer esclarecimentos

Apreciando o caso, o juiz federal substituto, Eduardo Kahler Ribeiro, determinou, em despacho datado de 8 de julho de 2014, que o MPF

esclareça se, em decorrência dos ofícios expedidos, houve a tomada de algum ato concreto de indisponibilização dos imóveis pelos entes oficiados, que possa implicar impedimento na regular continuidade da atividade agrícola dos autores.

Considerando os fatos noticiados na imprensa regional e estadual, de que o Ministério da Justiça estaria estudando medidas para equacionar o conflito advindo da demarcação da Terra Indígena Mato Preto (inclusive com possível redução da área demarcada), o magistrado também determinou a intimação da União e da Funai para esclarecerem a suposta proposta de redução da área a ser demarcada, oportunidade em que deverão apresentar os estudos que levaram a essa conclusão (que, supostamente, implica revisão do entendimento que deu ensejo à publicação da Portaria MJ nº 2.222/2012), e todas as medidas concretas tomadas para a viabilização de acordo na esfera administrativa. Conforme Ribeiro, esta prévia oitiva dos órgãos públicos interessados não gera risco de perecimento do direito dos autores, porque os procedimentos adotados para a demarcação, que estavam ocorrendo por força de decisão judicial proferida na Execução Provisória de Sentença nº 5002432-24.2012.404.7117, encontram-se suspensos, por ordem do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Para manifestação do MPF, da União e da Funai, foi deferido prazo de 20 dias.



Boletim de Notícias - Edição nº 124 / 2014

Brasília, 21 de julho de 2014.

Bebê indígena morre em incêndio no Centro do Estado

SÍTIO RÁDIO GUAÍBA, 19.07.2014

Um bebê de um ano e seis meses morreu após um incêndio em uma aldeia indígena às margens da BR-153, na localidade de Cordilheira, em Cachoeira do Sul, na região central do Estado. O incêndio começou por volta das 20h, desta sexta-feira, por causa de uma vela que foi acesa ao lado do berço da criança em uma das residências.

A menina da etnia Mbyá guarani morreu carbonizada segundo informações da Polícia Civil. Uma perícia foi realizada no local.



Novos negócios ampliam visibilidade para agricultores familiares

SÍTIO PORTAL BRASIL, 19.07.2014

Produtores avaliaram positivamente oportunidade durante a Copa do Mundo em 10 cidades-sede do torneio

A Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre) aproveitou os dias que passou no quiosque do Brasil Orgânico e Sustentável, em Fortaleza, durante a Copa do Mundo, e conseguiu vender todo o estoque que levou para a capital cearense.

"Levamos 350 quilos de castanha do Brasil e vendemos tudo. Apuramos R\$ 10,5 mil", conta Maria de Fátima Nascimento, representante da cooperativa, que reúne 1,8 mil famílias extrativistas de 10 municípios do Acre. Para ela, no entanto, o maior benefício foi fechar negócio com três empresas locais. "É um novo horizonte que a gente abre para escoar o nosso produto", avaliou.

A cooperativa está entre os cerca de 60 empreendimentos da agricultura familiar e orgânica que representaram 25 mil famílias rurais de todo o país nos quiosques instalados em 10 cidades-sede da Copa do Mundo.

Eles foram selecionados por edital público do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para participar do Brasil Orgânico e Sustentável, parte das ações da agenda de sustentabilidade do governo brasileiro durante a Copa de 2014. O objetivo era divulgar a agricultura familiar e orgânica e incentivar o consumo de produtos orgânicos e saudáveis.

Os quiosques funcionaram em Brasília, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. No total, R\$ 128 mil foram comercializados.

Em Salvador, a Cooperativa de Consumidores Rede Moinho visitou o estande e fez parceria para vender produtos de duas cooperativas do Brasil Orgânico e Sustentável. "O quiosque foi uma experiência muito interessante porque se tornou um ponto de encontro das pessoas que se interessam por produtos orgânicos", destacou Alessandro Vigilante, dirigente da Rede Moinho.

Para a agricultora Maria Brígida de Souza, da Cooperativa de Produtores Orgânicos e Biodinâmicos da Chapada Diamantina (Cooperbio), que já vende o café na Rede Moinho, a experiência foi rica para entender os consumidores internacionais. "Os estrangeiros preferem o café torrado, sem moer, diferente do que preparamos aqui no Brasil", conta.

CONT.



De acordo com o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos, a oportunidade deu visibilidade e valorizou os produtos da agricultura familiar.

"Foi importante para chamar a atenção da população para um setor estratégico da economia brasileira e para alimentos de qualidade, produzidos de forma sustentável e que, muitas vezes, são desconhecidos do grande público", afirmou.

Expectativa

O vice-presidente da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Rio Fortuna e toda Santa Catarina (Cooperfamília), Lino de Souza, também fez avaliação positiva da participação da entidade em Curitiba.

"A visibilidade que ganhamos foi boa, tanto para a cooperativa quanto para os nossos produtos, principalmente porque passaram pelo quiosque muitos estrangeiros e brasileiros de várias partes do País. Isso pode render bons negócios no futuro", afirmou.

Ainda segundo Lino, foi feito contato com empresas para a venda de produtos no atacado. No momento, os agricultores estudam a capacidade de produção da cooperativa, de forma a atender as demandas das empresas.

A Cooperfamília reúne 330 famílias, fatura R\$ 2 milhões por ano e tem uma linha de 32 produtos, entre geleias, doces, melado, farinhas, sucos, bolachas, bolo e pães. A maior parte da produção é vendida para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

O secretário Arnaldo de Campos informa que as ações de valorização da alimentação saudável vão prosseguir até os Jogos Olímpicos de 2016. "A intenção do governo é estimular a população a consumir alimentos saudáveis, de alto valor nutricional, e também combater as consequências da má alimentação, como o sobrepeso e a obesidade, uma realidade que o Brasil vem enfrentando nos últimos anos", concluiu.

Kits Lanches

Além dos quiosques, o MDS, em parceria com o Ministério do Esporte (ME), ficou responsável pelos cerca de 20 mil kits lanches com produtos orgânicos e da agricultura para os voluntários que trabalharam na Copa do Mundo. Entre os produtos, mel, castanhas, sucos orgânicos, entre outros. A compra dos alimentos foi feita por meio da modalidade de Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ao custo de R\$ 1 milhão.

A Campanha Brasil Orgânico e Sustentável contou com a parceria da Agência de Cooperação Alemã (GIZ), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), do Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD) e da Associação Brasil Orgânico e Sustentável (Abrasos), além do apoio do Serviço Social do Comércio (Sesc).

A iniciativa integrou a Agenda de Sustentabilidade do Governo Brasileiro na Copa do Mundo de
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 124 / 2014

Brasília, 21 de julho de 2014.

2014, junto com as ações de Certificação e Gestão Sustentável das Arenas, Campanha Passaporte Verde, Resíduos e Reciclagem e Mitigação e Compensação de Emissões.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



Cresce o uso de álcool e drogas entre índios de RR, diz Conselho Indígena

SÍTIO G1, 19.07.2014

"Consumo de álcool e drogas causa mortes", diz coordenador do CIR. Para antropólogo, uso das substâncias desestrutura comunidades.

Emily Costa Do G1 RR
Comente agora

Primeiro o alcoolismo e depois as drogas que causam muitos problemas nas comunidades indígenas de Roraima, diz vice coordenador do conselho indígena (Foto: Reprodução/ TV Roraima)"O alcoolismo e as drogas causam violência e mortes nas comunidades", diz coordenador geral do CIR (Foto: Reprodução/ TV Roraima)

"O consumo de álcool e drogas está crescendo entre índios das comunidades do estado", afirma o coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Ivaldo André. Segundo ele, o problema atinge diversas etnias, tem incidência entre jovens e resulta em violência. Para o antropólogo Luis Ventura, a disseminação no uso das substâncias desestrutura as comunidades e pode ter relação com descaso do governo e contato excessivo entre índios e não-índios.

De acordo com um relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) divulgado na quinta-feira (17), seis mortes de indígenas foram registradas em Roraima durante o ano de 2013. Para André, o índice de consumo de maconha e de álcool é um dos motivos que levaram ao número. Ele afirma que a violência em geral, inclusive os homicídios são consequências do alcoolismo.

"O álcool faz a violência aumentar, porque os indígenas não têm o hábito de ingerir bebidas feitas pelos brancos e aí eles acabam perdendo o controle dos próprios sentidos. Somente no mês passado, por exemplo, pai e filho morreram em uma localidade do estado. Ambos ingeriram bebida alcoólica e se desentederam", ressaltou o coordenador.

Ele alega ainda que o alcoolismo e o vício em entorpecentes atinge todas as etnias do estado, mas é maior entre as comunidades que ficam próximas de Boa Vista, dos outros 14 municípios do estado e, sobretudo, daqueles que fazem fronteira com os países vizinhos. "Se há cidades perto, a compra das drogas fica mais fácil, por isso que as comunidades que fazem fronteira com a Guiana Inglesa e com a Venezuela são as mais afetadas", comentou.

Eles [garimpeiros] querem que os homens indígenas trabalhem para eles e que as mulheres das comunidades se prostituam."

vice-presidente da Hutukara Maurício Yekuana

Garimpeiros

CONT.



Sustentando as afirmações do coordenador do CIR, o vice-presidente da Hutukara Associação Yanomami, Maurício Yekuana, vai além e afirma que o consumo de álcool e de drogas na Terra Indígena Yanomami é causado pela presença ilegal de garimpeiros na região.

"Os garimpeiros entram ilegalmente e levam bebida alcóolica e drogas para os jovens indígenas. Eles [garimpeiros] querem que os homens indígenas trabalhem para eles e que as mulheres das comunidades se prostituam. Para isso, fazem os índios beberem e usarem maconha", relatou Yekuana.

Ainda conforme o vice-presidente, a falta de fiscalização colabora para o problema. "Tem que ter presença de policiais nas fronteiras da Terra, porque sem eles os garimpeiros não nos respeitam".

Apesar das denúncias dos indígenas, ainda não foram feitos levantamentos para mapear o uso das substâncias nas comunidades, mas a expectativa, conforme Yekuana, é que esses dados sejam registrados até dezembro de 2014. "Precisamos levantar os dados de consumo de álcool e drogas para que possamos combater o problema, Por isso, nós faremos esse mapeamento entre as comunidades durante o segundo semestre deste ano", frisou.

Impactos

De acordo com o antropólogo Luis Ventura, o uso de álcool e de drogas por parte dos indígenas não é uma situação recente. Ele defende que a disseminação do consumo é reflexo de um contato negativo e perverso entre índios e não-índios.

"É bastante claro que a disseminação das drogas entre os índios escapa ao controle da comunidade e causa danos pessoais, violência, mortes, fragilidade dos laços emocionais e desunião", explicou o especialista.

Ele acrescentou que o consumo pode ser resultado de deficiências nas intervenções governamentais dentro das comunidades. "Desânimo, carência e ausência de atenção do poder público juntamente com os interesses externos por parte de empresários, garimpeiros e exploradores são fatores que podem ter contribuído para a popularização do álcool e das drogas", enfatizou o antropólogo.

Funai

Contatado pelo G1, o coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Yekuana da Fundação Nacional do Índio, João Catalano, destacou que os problemas relatados pelos indígenas só podem ser combatidos se houver intervenção do estado nas áreas afetadas.

"A Funai não pode trabalhar sozinha. É necessário que a Segurança Pública, a Educação e a Saúde de responsabilidade do estado atuem dentro das comunidades indígenas. Sem isso, é difícil lidar com a situação, pois a Funai não pode atuar em todas essas áreas", destacou Catalano.



Festa da Rapadura valoriza tradições culturais de comunidades quilombolas do Jalapão

SÍTIO SURGIU, 19.07.2014

Em todo o Tocantins, são quase 2 mil famílias que vivem em 31 comunidades quilombolas

“Não é só uma festa. Esse evento é muito importante para a nossa comunidade”, assim foi definida a 1ª Festa da Rapadura da comunidade quilombola do Prata, segundo a vice-presidente da Associação Comunitária dos Extrativistas, Artesãos e Pequenos Produtores do Povoado do Prata, Darlene de Sousa. O evento aconteceu nos dias 18 e 19 de julho na comunidade quilombola do Prata, onde vivem cerca de 65 famílias, próximo a São Félix do Tocantins, município localizado a 227 km de Palmas. O objetivo é valorizar a cultura tradicional da região do Jalapão como repentistas, contadores de histórias e as atividades agrícolas ligadas principalmente a cana de açúcar e mandioca. Durante a programação, a Secretaria da Agricultura e Pecuária (Seagro) ministrou sete palestras para cerca de 50 agricultores familiares da região.

O engenheiro agrônomo da Seagro, Telmo Gosch, abordou sobre a necessidade de implantação do Selo de Inspeção Municipal (SIM), que segundo ele, é uma fiscalização combinada a orientação para garantir a qualidade do produto. “O SIM pode alavancar a economia da comunidade. Os produtores poderão vender rapadura até para outros estados. Mas para isso, precisam estar preparados para a industrialização com segurança alimentar”, afirmou.

Os engenheiros agrônomos da Seagro, Luan Bacin e Robson da Silva, ministraram palestras sobre atividades agrícolas praticadas pela comunidade. O objetivo foi de aprimorar o plantio e manejo para uma melhor produtividade de mandioca, milho, feijão caupi, o processamento da cana de açúcar, e especialmente o combate às pragas que estão prejudicando os laranjais.

Dona Maria Francisca de Sousa, agricultora da comunidade, estava ansiosa por informações a respeito das pragas e das melhores soluções para combatê-las. “Queria saber quais as causas. Porque antes não existiam essas pragas. Achei as alternativas muito boas porque não é nada tóxico, e temos as plantas em casa para fazer chá e pulverizar”, comemorou Dona Maria. Entre as principais alternativas, foram sugeridas: chá de arruda, extrato de confrei, extrato de urtiga e extrato de neem.

O engenheiro agrônomo Francisco Mesquita, que atua na Diretoria de Fomento à Agricultura Familiar da Seagro, esclareceu informações sobre linhas de crédito para comunidades quilombolas. Segundo Mesquita, as linhas de crédito possibilitam a obtenção de recursos para investir em infraestrutura, e assim desenvolver ainda mais a produção e geração de renda. Algumas das linhas abordadas foram: Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar, Compra Direta, Programa Nacional de Crédito Fundiário e Programa Nacional de Habitação Rural.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 124 / 2014

Brasília, 21 de julho de 2014.

Através de sua palestra, a assistente social da Seagro, Janaína Rodrigues, trouxe conscientização política com a história da comunidade negra no país, desde a escravidão aos dias atuais. "Existem diversas políticas de ações afirmativas que buscam reparar os danos causados aos negros no Brasil. Por isso, é necessário que a comunidade conheça seus direitos", explicou. Além disso, o desenvolvimento sustentável da comunidade também foi abordado, combinando os conceitos econômicos, sociais e ecológicos.

O zootecnista da Seagro, Alan Oliveira, disseminou informações a respeito de frangos e galinha caipira como atividade produtiva. Apontou a necessidade de proporcionar conforto e proteção aos animais, dedicação ao manejo e organização para produção e comercialização. Oliveira também trouxe informações sobre ovinocultura, que embora não seja encontrada na comunidade, teria muito potencial e viabilidade econômica, segundo ele.

Paralelamente às palestras, aconteceu a oficina gastronômica sobre o aproveitamento da mandioca, com Renato Pinheiro e Milena Sobrinho. Durante a noite, o evento continuou com a programação cultural. Houve apresentação de cordel e música com as rodas, a folia do divino, a dupla Jalapão e Tocantins, e Dorivã Borges.

Histórico

Em todo o Tocantins, são quase 2 mil famílias que vivem em 31 comunidades quilombolas já reconhecidas pela Fundação Palmares. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), as comunidades quilombolas são grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e com ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, conforme Decreto nº 4887/03. Essas comunidades possuem direito de propriedade de suas terras consagrado desde a Constituição Federal de 1988.

Contato da organização:

Darlene Francisca – 9977-1916/ 9943-1817

Programação

Sexta-feira, 18

06h – Abertura: demonstração da moagem da cana de açúcar, produção de garapa, mel, batida e tijolos.

07h – Café da manhã

08h – Exploração de pequenos animais em pequenas propriedades – Alan Oliveira (zootecnista/Seagro)

09h – Aspectos gerais da cultura da mandioca, milho e feijão caupi – Luan Bacin (engenheiro agrônomo/Seagro)

10h – Cana de açúcar: cultivo e processamento – Robson da Silva (engenheiro agrônomo/Seagro)

10h30 – Aspectos gerais da cultura da laranja – Robson da Silva (engenheiro agrônomo/Seagro)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 124 / 2014

Brasília, 21 de julho de 2014.

11h – Linhas de crédito do Pronaf – Francisco Mesquita (engenheiro agrônomo/Seagro)

08h às 11h – Oficina gastronômica sobre o aproveitamento da mandioca – Renato Pinheiro e Milena Sobrinho

14h – Acesso aos direitos e desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas – Janaína Rodrigues (assistente social/Seagro)

16h – Apoio a implantação do Serviço de Inspeção Municipal – Telmo Gosch (médico veterinário/Seagro)

17h – Visita à feira de artesanato e gastronomia local, passeio a cavalo e em carro de boi na comunidade

20h – Noite cultural

Sábado, 19

08h – Café corajoso

08h30 – Conhecer a fabricação de rapadura artesanal

08h às 11h – Oficina gastronômica sobre o aproveitamento da mandioca – Renato Pinheiro e Milena Sobrinho

14h às 18h – Mesas e debates sobre registro e patrimônio imaterial

20h – Noite cultural



Indígenas de Brasilândia adquirem máquinas no Projeto Pintando e Aprendendo Ofaié
SÍTIO JORNAL DIA DIA, 19.07.2014

A comunidade indígena Ofaié, do município de Brasilândia-MS, no dia 17 de julho último tinha razões de sobra para estar alegre. Naquele dia chegaram à aldeia Enodí as máquinas de estampar camisetas e fabrico de chinelos, além de materiais de pintura e artesanato que as mulheres da aldeia tanto esperavam.

O material que faz parte do projeto Pintando e Aprendendo Ofaié é desenvolvido pelas mulheres e crianças da aldeia, e coordenado pela Associação Hankrãgani de Produtores Ofaié, que tem como presidente o indígena Prof. Silvano de Moraes.

O projeto que vem sendo realizado pela comunidade desde abril deste ano, conta com o patrocínio da empresa Fibria Celulose S.A. prevê também o desenvolvimento de atividades com as crianças da aldeia na recuperação da língua materna, com a construção de um parquinho e colocação de instrumentos de som a disposição das crianças para a prática e revitalização da língua Ofaié, que hoje é um dos idiomas denunciado pela UNESCO com grave risco de extinção.

Para dona Lídia Siqueira, esposa do vice Cacique, Juraci Lins, que é uma das coordenadoras da iniciativa, o projeto "é uma oportunidade para nós recuperar a cultura e ter uma trabalho manual que ajude na renda das nossas famílias, além de ser muito gostoso pintar e bordar", explica.

As estampas que serão impressas nas camisetas e chinelos são desenhadas e produzidas pelos próprios indígenas, buscando a valorização da arte e produção iconográfica desta etnia. A ideia é procurar criar junto com a comunidade uma marca de valorize a cultura e a língua Ofaié, "a única língua falada no mundo que está aqui em Brasilândia", lembra o Prof. Silvano, que, juntamente com o Cacique José de Souza, dão todo o apoio e incentivo ao projeto.

Fonte: <http://ofaie.com/fibria.html>

At. Carlos Alberto dos Santos Dutra
Prof. Carlito
<http://dutracarlito.com>

Por: Carlos Alberto dos Santos Dutra



Indígenas denunciam Estado mexicano por violações de direitos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.07.2014

Da Página do MST*

Nesta quinta-feira (17), povos de seis comunidades indígenas do estado de Chiapas, no México, denunciaram autoridades agrárias por violações de direitos e provocação de conflitos agrários em seus territórios.

A denúncia ocorreu durante uma coletiva que integra o Tribunal Permanente dos Povos (TPP) – Caso Viejo Velasco, com justiça e paz encontramos a verdade, que ocorre nesta sexta-feira (18) em Limonar, Ocosingo, no próprio estado de Chiapas.

A violação dos direitos indígenas em Chiapas ocorre há alguns anos. Nesse período, inúmeras comunidades têm sido afetadas, como a Cuauhtémoc Cárdenas, Lancajá Tsetal, Ojo de água, Nuevo Francisco Leon, Joltulijá.

Essas comunidades têm sido vítimas de ameaças, divisões internas, violações da área de produção agrícolas e reservas naturais, e até mesmo agressões físicas fomentadas por representantes do Estado e aplicadas por ex-companheiros ou membros de outras comunidades.

“Violaram nossos direitos como povos indígenas a possuir, utilizar e controlar nossas terras, territórios e recursos naturais, estabelecidos nos art. 25, 26 e 27 da declaração da ONU dos povos indígenas”, contestam no trecho de uma das denúncias.

Essa tem sido uma prática recorrente no estado de Chiapas a pelo menos 20 anos, desde quando iniciou o levante de insurgentes zapatistas e resistência das comunidades contra os projetos e iniciativas governamentais colocados em prática pelo Estado mexicano.

“Os programas só chegaram para dividir a comunidade”, afirmam. De acordo com as denúncias, as autoridades agrárias mexicanas têm violado insistentemente a lei agrária e seu regulamento ao impor o Programa de Apoio a Núcleos Agrários sem Regularizar (PANAR), sem fazer convocatória prévia para assembleia geral da comunidade, quem deveria aprovar programas e ações governamentais em seu território.

Este intento busca atender os interesses capitalistas na América Latina, como a privatização e comercialização das terras, expulsão dos trabalhadores indígenas e camponeses dos seus territórios, e destruição dos processos de autonomia e propostas coletivas de trabalho.

Por isso, as comunidades denunciam o ataque direto à constituição mexicana, em especial o art. 27, o fomento das divisões internas nas comunidades e a grupos paramilitares financiados pelos governo, além da guerra contra os povos em luta e resistência.

*Texto escrito pela Brigada Intercambista do MST no México



Comunidades ameríndias do Equador sofrem com derrame de petróleo

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.07.2014

Adital – Após desastre ambiental, cometido pela empresa Petroamazonas EP no Rio Aguarico, um curso de água que se estende ao longo de 390 quilômetros pelos territórios de Peru e Equador, uma comissão do coletivo YASunidos, movimento apartidário, autônomo e autogestor formados por diversos setores sociais, fez um percurso ao longo do local para averiguar a extensão dos impactos e verificar as condições da população atingida.

O rio sofreu um derramamento de petróleo no último dia 02 de julho, deixando pelo menos 10 comunidades sem acesso a água para atividades de pesca, cultivo, consumo e higiene, no estado equatoriano de Sucumbíos. Segundo o coletivo, durante o trajeto, desde a comunidade Dureno até a Zócalo, situada na Reserva de Produção Faunística Cuyabeno, vários moradores pertencentes às etnias ameríndias cofán, kichwa e siona apontaram a presença de grandes manchas de petróleo bruto em pelo menos três pontos distintos.

Mesmo com esforços de limpeza e recolhimento da substância por equipes de operários e de proteção, que tentam retirar o petróleo com recursos manuais, quase duas semanas depois do desastre já se observam efeitos na vegetação e praias de água doce, próximas às comunidades indígenas. Depoimentos de moradores dão conta de que este talvez seja o maior derrame de petróleo ocorrido nos últimos 20 anos, assinalando que a quantidade de material entornado nas águas poderia superar 10 mil barris de petróleo.

O Estado de Sucumbíos é um dos principais do Equador na produção de petróleo para exportação e o Rio Aguarico é uma de suas mais importantes paisagens amazônicas. Segundo o YASunidos, um funcionário da Petroamazonas EP, empresa pública equatoriana de exploração e exportação de hidrocarbonetos no local, responsável pelo ocorrido, ao ser consultado de maneira extraoficial sobre a proporção do derrame, teria admitido que a quantidade se aproximaria a 15.700 barris de petróleo bruto.

Ribeirinhos, em depoimento ao YASunidos, avaliam que a resposta da empresa frente ao desastre tem sido insuficiente, além da presença do Ministério do Ambiente do Equador ter sido “praticamente nula”. “Com relação à Petroamazonas EP, a empresa não tem facilitado informação sobre os impactos que supõe o evento para a saúde das populações e as precauções que devem tomar as comunidades frente a isso. A presença da Petroamazonas EP tem se limitado à entrega de ‘kits alimentícios’ em conjunto com um comitê de crise formado pelos governos locais”, resume o YASunidos.

Moradores da zona atingida indicam que as equipes de relações comunitárias da petrolífera oferecem um trabalho temporário de limpeza como única forma de compensação social às comunidades impactadas, além de não assumir publicamente a responsabilidade pela lesão socioambiental. Já com relação ao Ministério, testemunhos de autoridades locais paroquiais apontam que o órgão não deslocou pessoal para a área a fim de constatar a magnitude do desastre e avaliar as medidas necessárias para a contenção dos efeitos.

CONT.



Danos ambientais, sociais e culturais

A Petroamazonas EP aconselha que os povos ribeirinhos não utilizem da água por até dois anos. Somando à importância para as comunidades locais em atividades de pesca, abastecimento e cultivos, sendo a água fonte segura e não contaminada, o Rio Aguarico possui grande valor cultural para povos, como o cofán, sendo referência na história de sua origem e expansão.

De acordo com o YASunidos, anteriormente a esse novo fato, a exploração da petroleira estadunidense Texaco já teria afetado gravemente uma relação sagrada da população com o rio, executando um sistemático processo de expropriação de seu valor simbólico e prático como fonte de vida para o povo cofán. "Não é admissível que a operação da Petroamazonas EP contribua para aprofundar, novamente, esse processo de separação, exclusão e despojo das comunidades, em um momento em que os cofán tentam reconstruir suas relações com o território e os elementos que nele dão vida", protesta o coletivo.



MG – Suspeito de tentativa de homicídio em reserva indígena Xakriabá é procurado
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.07.2014

Fato ocorreu na aldeia Imbaúba em São João das Missões. Vítima foi atingida na barriga e nos braços

A Polícia Militar procura por um homem de 28 anos suspeito de tentativa de homicídio em uma reserva indígena xacriabá em São João das Missões, no Norte de Minas Gerais.

Segundo a esposa da vítima que foi alvo da tentativa, o fato aconteceu no último dia 17, na aldeia Imbaúba. Ela conta que eles ouviram um barulho no quintal de casa e quando o marido abriu a porta, levou um tiro de espingarda na região do abdômen e caiu ao solo. Ainda segundo a esposa da vítima, no momento do fato não foi possível ver quem seria o suspeito devido a escuridão do local.

A vítima foi socorrida por terceiros e levada consciente ao hospital da cidade de Manga, e depois transferido para Montes Claros onde foi submetida a cirurgia devido à gravidade da lesão. Foram constadas perfurações causadas na barriga e nos braços.

A polícia só tomou conhecimento do crime nesta sexta-feira (18) e iniciou os trabalhos de buscas ao suspeito. Testemunhas desconfiam que o suspeito seja o homem de 28 anos, uma vez que ele e outros dois sobrinhos já teriam ameaçado a vítima em outra ocasião.



Levantamento demarca situação de terras indígenas regularizadas

SÍTIO VERMELHO, 20.07.2014

Levantamento realizado nos últimos anos demonstra que há, atualmente, no Brasil, quase um milhão de indígenas pertencentes a mais de 300 povos distintos, falantes de mais 270 línguas.

Até junho de 2014, cerca de 400 terras indígenas, foram destinadas à ocupação tradicional de diferentes povos, o que corresponde a aproximadamente 105 milhões de hectares, ou seja, cerca de 12% do território nacional.

Desse total de terras indígenas regularizadas, 98,75% das áreas concentram-se na Amazônia Legal. Cabe ressaltar que, destas áreas, 8% não estão na posse plena dos indígenas.

Nos últimos anos, tem-se envidado esforços para a regularização fundiária das terras indígenas localizadas fora da Amazônia Legal, em áreas onde se concentram altos índices de confinamento territorial de indígenas.

Nesse sentido, as áreas que ainda não foram demarcadas se localizam principalmente no Nordeste, Centro-Oeste e Sul do país, regiões que possuem uma maior densidade populacional não-indígena.

Nessa perspectiva, o governo federal, por meio do Ministério da Justiça, Secretaria-Geral da Presidência da República e Fundação Nacional do Índio (Funai) têm realizado mesas de diálogo buscando mediação para eventuais conflitos fundiários e para evitar a judicialização dos processos demarcatórios que, naturalmente, trariam morosidade para a tomada de qualquer decisão definitiva em relação aos direitos dos envolvidos.

Fonte: Ministério da Justiça



Indígenas bloqueiam desde domingo MS-156 em protesto contra acidentes

SÍTIO REGIÃO NEWS, 20.07.2014

O líder Gaudêncio Benites disse que não vão sair enquanto não houver garantia de melhorar a sinalização.

Indígenas bloqueiam desde domingo (20) a Perimetral Norte, entre a Avenida Guaicurus e a rodovia MS-156, depois de mais um acidente que deixou Lenilza Nunes Fernandes, 46 anos, em estado grave. Famílias inteiras foram para o trecho em protesto.

De acordo com o site Dourados News, as lideranças da Aldeia Bororo afirmaram que não sabem por quanto tempo vão deixar bloqueada a via. O líder Gaudêncio Benites disse que não vão sair enquanto não houver garantia de melhorar a sinalização.

A rodovia ficará fechada até que alguma autoridade vá ao local. Os indígenas ameaçam também fechar a MS-156. Foram colocados na via pedaços de madeira e galhos. A orientação é para que os motoristas evitem passar pela rodovia e pegar outras rotas.



Indígenas 'acampam' e dizem que só liberam trecho da Perimetral após compromisso de sinalização

SÍTIO REGIÃO NEWS, 20.07.2014

O protesto teve início por volta das 16h e continuará até a segunda-feira (21). Os motoristas devem evitar trafegar naquela região

Os indígenas que bloqueiam o trecho da Perimetral Norte entre a avenida Guaicurus e a MS-156, disseram que só deixarão o local após terem a certeza, por meio de documento emitido por autoridades, que o local receberá sinalização adequada. Na tarde deste domingo, Lenilza Nunes Fernandes, 46, moradora na Aldeia Bororó, Reserva Indígena de Dourados, foi atropelada na via por um Fiat Uno e encaminhada para o Hospital da Vida em estado gravíssimo.

O protesto teve início por volta das 16h e continuará até a segunda-feira (21). Os motoristas devem evitar trafegar naquela região. A parte da Perimetral entre a MS-156 e a BR-163 está liberada no momento.

Segundo Gaudêncio Benitez, liderança Bororó, o número de indígenas vítimas de acidente no local vem crescendo e o bloqueio é para chamar atenção da classe política por mais segurança na via.

"A revolta da comunidade é grande. Precisamos de segurança por aqui. Lombadas, sinalização, fiscalização eletrônica, o que for preciso para evitar esses acidentes. Recentemente uma mulher morreu atropelada, hoje [domingo] tivemos esse outro caso. Tem muito sangue sendo derramado aqui. Só vamos sair quando houver um documento por parte das autoridades garantindo a sinalização desta parte da rodovia. Na segunda vamos conversar com lideranças Jaguapiru para que possamos bloquear outra parte da via, porque o sangue que derrama aqui, derramará lá também se não houver essas medidas", comentou a reportagem.

O bloqueio foi feito com galhos e pedaços de madeira. O trânsito no local é calmo, porém, ficou bastante congestionado à tarde. Os motoristas retornaram para poder seguir o trajeto.

CASO RECENTE

No dia 22 de junho, Plácida Soares Fernandes, 41, morreu ao ser atropelada por um Renault Logan, conduzido por um homem de 34 anos, residente na cidade de Campo Grande. Moradora na Aldeia Bororó, ela seguia pela Perimetral Norte, quando acabou atingida.

De acordo com o registro de ocorrência, o motorista trafegava pela via, quando, segundo relato dele, avistou a indígena na pista, não tendo tempo para desviar. A pista não a iluminação e o trânsito dos moradores da Bororó é intenso.



Prejuízo de produtores rurais com cheia ultrapassa R\$ 150 milhões no RS

SÍTIO RÁDIO ALTO URUGUAI, 19.07.2014

A cheia do Rio Uruguai, na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, não causou prejuízos somente para os moradores da zona urbana. No meio rural, as perdas devido aos alagamentos já ultrapassam R\$ 150 milhões.

Com a diminuição das áreas de pastagens, os animais têm menos alimento à disposição. A estimativa é que só em Uruguiana, os criadores de vacas leiteiras percam R\$ 1,3 milhão com a queda na produção. Já na pecuária de corte, os prejuízos podem chegar a R\$ 15 milhões.

Outra preocupação é com a cultura do arroz. Em Uruguiana, a enchente inundou pelo menos 5 mil hectares de terras, o que vai atrasar o plantio, comprometendo a próxima safra.

Na manhã deste sábado, presidente Dilma Rousseff sobrevoou a região atingida pela cheia do Uruguai. Depois, se reuniu com prefeitos da região e anunciou a liberação de R\$ 54 milhões em verbas da União. Na visita, Dilma insistiu que a remoção das comunidades ribeirinhas em áreas de risco precisa ser debatida.

Mais de 2,9 mil pessoas fora de casa

Conforme o balanço divulgado na manhã deste sábado (19), pela Defesa Civil, ainda há 2.950 pessoas fora de casa. Dessas, 2.392 estão desalojadas e outras 558, desabrigadas. A situação segue a mesma segundo novo balanço, divulgado no início da noite do mesmo dia.

Conforme a Defesa Civil na Fronteira Oeste, 1.430 pessoas estão desalojadas e 147 desabrigadas em Uruguiana. O número de atingidos chega a 480 em São Borja e a 680 em Itaqui.



Passo Fundo - MPF recorre para garantir saúde a índios Kaingang de Mato Castelhanos
SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 20.07.2014

Procuradoria da República em Passo Fundo cobra utilização de verba federal

O Ministério Público Federal em Passo Fundo (MPF/RS) ingressou com recurso contra decisão judicial que negou pedido de liminar para que o município de Mato Castelhanos seja obrigado a utilizar os recursos repassados pelo Estado do Rio Grande do Sul em prol do serviço público de saúde para as comunidades indígenas Kaingang, situadas às margens da BR 285. A procuradora da República Fernanda Alves de Oliveira entende que o caso é de urgência, em razão da atual situação de risco na qual se encontram os indígenas em questão.

A ação civil pública (ACP) foi ajuizada no final do mês de maio deste ano, com pedido de liminar, em virtude da recusa do município em dar a devida destinação à verba repassada pelo Estado por força da Portaria nº 41/2013. A Justiça está apreciando a questão, mas não concedeu liminar, por entender que o município não teria competência para desenvolver política pública de saúde indígena, que seria da União, e que, como não há terra indígena demarcada em Mato Castelhanos, seria legítima a recusa do município em desenvolver política pública específica para aquela comunidade.

Segundo o MPF, diferentemente do que entendeu a Justiça em 1º grau, a Lei nº 9.836/99 estabelece que cabe aos Estados e municípios promover adequações e adaptações no SUS para que seja prestado um atendimento diferenciado aos indígenas, sendo justamente esse o objetivo dos recursos previstos na citada portaria. Além disso, a política nacional voltada à saúde indígena não se confunde com a demarcação de terras indígenas ou com a consolidação de qualquer situação fundiária adjacente.

“É inadmissível que o município de Mato Castelhanos se negue a receber a verba de R\$ 4 mil mensais disponibilizada pelo Estado do Rio Grande do Sul, porque não se conforma com a presença de indígenas em seu território. Tal atitude por parte dos administradores do município de Mato Castelhanos consiste em negar um serviço que constitui a materialização de um direito fundamental social, o que é por demais preocupante, uma vez que se reveste de cunho até mesmo discriminatório, porquanto a verba apenas não foi aceita por se destinar exclusivamente para aplicação na saúde indígena”, reforça a procuradora da República.

Dessa forma, o MPF/RS requer que o Tribunal Regional Federal modifique a decisão recorrida para que o município de Mato Castelhanos seja obrigado a elaborar, no prazo de 15 dias, em conjunto com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), com a 6ª Coordenadoria Regional de Saúde e com a comunidade indígena, o plano de aplicação dos recursos repassados por força da citada portaria estadual e a promover a sua execução imediata, otimizando a prestação de serviços de saúde aos indígenas. Caso o prazo não seja respeitado, pede que seja aplicada multa no valor de R\$ 2 mil por dia de atraso.



Povos indígenas em foco

SÍTIO O TEMPO, 21.07.2014

O 46º Festival de Inverno da UFMG tem como tema O Bem Comum e traz shows, oficinas, atividades artísticas

Deborah Couto

De volta a Belo Horizonte depois de 14 edições em Diamantina, o 46º Festival de Inverno da UFMG traz ao campus da universidade, na Pampulha, uma segunda-feira com programação focada na cultura indígena.

O dia começa com uma Assembleia dos Povos Indígenas, às 10h, e terá ainda abertura de uma exposição sobre as lutas, exibições de filmes e rodas de histórias, tudo envolvendo a cultura indígena e feito por representantes desses povos e suas diversas etnias.

“O festival pretende apresentar a realidade dos povos indígenas no Brasil e as dificuldades por que passam”, diz Tonico Benites, da tribo Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul, psicólogo e doutor em antropologia pela UFRJ.

“Minha pesquisa abrange os conflitos de terras que envolvem fazendeiros, o governo e a polícia federal. São problemas judiciais em torno de posses, que mostram a lentidão do governo para agir sobre interesses particulares, cercados de pistoleiros e jagunços. Por ter desenvolvido essa pesquisa o festival me convidou”, conta Tonico, que presidirá a Assembleia dos Povos Indígenas.

Segundo ele, o evento vai reunir representantes de outras etnias que também vivem esses conflitos no Brasil. “Há os índios Terena, também do Mato Grosso do Sul, que passam por problemas com terras litigiosas e tiveram parte de seu povo assassinado pela Polícia Federal. Eles sofrem com ameaças de várias ordens judiciais e extrajudiciais (jagunços)”, diz.

Benites cita também a participação dos povos Caingangues, Guarani Mbya, Mundurucu, Pataxó e Maxakali, todos com representantes presentes no festival.

O 46º Festival de Inverno da UFMG tem como tema O Bem Comum e traz shows, oficinas, atividades artísticas, além de debates de questões como a mobilidade, a moradia, a posse e uso da terra, o conhecimento ancestral, o protagonismo da sociedade na produção e circulação de conteúdo e o acesso à mídia.

Para conferir a programação, acesse: 46festivalufmg.wordpress.com



Começa esta manhã a Grande Assembleia dos Povos Indígenas do Brasil, dentro do 46º Festival de Inverno da UFMG

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.07.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Começa esta manhã a Grande Assembleia dos Povos Indígenas no Brasil, organizada como parte do 46º Festival de Inverno da Universidade Federal de Minas Gerais. A sessão de abertura está sendo na Reitoria, e da mesa participa Yabuti Metuktire Puiu, liderança indígena contra a construção de Belo Monte. O evento, organizado por Tonico Benites, Guarani-Kaiowá de Mato Grosso do Sul, segue até o dia 23 e conta com a presença representantes de diferentes povos indígenas. Segundo Tonico Benites, numa entrevista para a UFMG republicada por este blog no dia 15 de julho,

“É importante dizer que esses 15 distintos povos indígenas convidados pertencem a cinco regiões e representam mais de 180 mil índios no Brasil. São povos resistentes que, de modos similares, lutam reiteradamente pelo reconhecimento oficial da parcela de seus territórios tradicionais, retomando e reivindicando a posse definitiva de suas terras. Cada povo indígena convidado possui sua história e trajetória de relação interétnica específica, é portador de uma religião e uma cultura própria e diferenciada, possui sua especificidade, identidade étnica e língua própria”.

De acordo com o site da Aty Guasu Guarani e Kaiowá, estavam confirmadas as presenças dos povos Guarani Mbya, Terena, Kaiapó, Munduruku, Tupinambá, Guajajara, Tukano, Krenak, Txucarramae, Maxakali e Kaikang, representados pelas seguintes lideranças:

Tupinambá: Cacique Maria Valdelice e Cacique Gildo Silva Amaral

Munduruku: Maria Leuza Munduruku

Guarani Mbya: Ataídes Gonçalves Vilharva e José Cirilo Pires Morinico

Guarani Kaiowa: Genito Gomes, Agda Rocha Riguelme, Lide Solano Lopes, Inaye Gomes Lopes

Terena: Ana Sueli Firmino e Alberto França Dias

Kaiapó: Yabuti Metuktire

Guajajara: Edinária Benta

Kaingang: Cleverson Nivenhmag Claudino

Maxakali: Isael Maxakali, Cacique Noêmia Maxakali e Sueli Maxakali

Krenak: Ailton Krenal

Tupi-Guarani: Darci Nunes de Oliveira

A Grande Assembleia dos Povos Indígenas no Brasil segue até o dia 23, quarta-feira, discutindo, principalmente, questões como a demarcação dos territórios, a violência anti-indígenas, o racismo e a discriminação.



Manifestação contra Reintegração de posse – Aldeia Tekoa Pyau – Jaraguá SP
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.07.2014

A “Justiça” dos brancos decidiu que temos até o 27 de julho para desocupar nossa aldeia Tekoa Pyau, próxima ao Pico do Jaraguá, onde moram mais de 500 dos nossos parentes, a maioria crianças. Por isso, no próximo dia 25/07, nós indígenas guarani-mbya estaremos unidos em frente ao Tribunal Regional Federal com parentes de várias aldeias, rezando e dançando, mostrando toda nossa força para resistir a essa decisão absurda e genocida!

A Terra Indígena Jaraguá, onde está inserida a tekoea pyau, já foi reconhecida pela FUNAI como de ocupação tradicional do nosso povo e cabe ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, assinar a Portaria Declaratória que dá continuidade ao processo de demarcação de nossas terras. Sem a demarcação, a terra em que vivemos está pequena demais para poder ensinar nossas crianças a viver do jeito guarani e, ao invés de mandar o Ministro Cardozo assinar, o juiz Clécio Braschi resolveu mandar a polícia pra tirar o pouco que temos.

Por isso, vamos ao TRF na Av. Paulista onde levaremos todas as crianças da aldeia que correm risco de despejo para protocolar desenhos que elas fizeram para o juiz substituto Alessandro Diaferia que deve julgar o recurso apresentado pela FUNAI para reverter essa decisão. Esperamos que vendo as nossas crianças cantando, nossos guerreiros dançando xondaro, e nossos pajés rezando em frente ao seu escritório, o juiz da 2ª instância não pense como esse que quis nos exterminar e determine nossa permanência em nossa terra tradicional.

Compareça você também e mostre que nós não estamos sozinhos!

O Jaraguá é guarani e de lá não sairemos!

Aguyjevete pra quem luta!

#ojaraguáéguarani
#assinalogocardozo
#contraodespejonotekoapyau

O JARAGUÁ É GUARANI! CONTRA A REINTEGRAÇÃO DE POSSE NA ALDEIA TEKOA PYAU

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Gabriel Pereira.



I Seminário Sobre Educação Escolar Indígena no Rio Grande do Norte, em Canguaretama/RN, de 21 a 23 de julho

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.07.2014

APRESENTAÇÃO

A população indígena do Estado do Rio Grande do Norte vem lutando para ocupar seu espaço na sociedade brasileira e em diversas circunstâncias tem expressado suas preocupações e reivindicações sobre a política de Educação Escolar Indígena (EEI), que até o momento apresenta-se inacessível para os povos indígenas do RN.

Nesse processo de organização realizaram vários eventos que se constituíram em espaços de reafirmação étnica e de discussão sobre as políticas públicas. Compõe esse cenário: a 1ª Assembleia Indígena do RN (dezembro/2009), a 2ª Assembleia Indígena do RN (novembro/2011), a 1ª Assembleia de Mulheres Indígenas do RN (maio/2012), o 1º Encontro de Jovens Indígenas (outubro/2012) e a 3ª Assembleia Indígena do RN (novembro/2013).

Em tais eventos foi debatida, dentre outras questões, a temática da EEI no Rio Grande do Norte. A partir das exposições e debates observaram a inexistência dessa política no Estado e pontuaram os principais problemas que enfrentam com a educação que é proporcionada para a população indígena que frequenta a escola, bem como apresentaram propostas para a solução dos problemas.

O presente Seminário tem o propósito de reunir lideranças indígenas, professores e parceiros da gestão escolar para discussão dos problemas, buscando o conhecimento da política, programas e ações que os instrumentalize no diálogo com os gestores municipais e estadual, estabelecendo relações que garantam o exercício de cidadania, com acesso à uma política de EEI voltada para a realidade das comunidades indígenas do Rio Grande do Norte.

PROGRAMAÇÃO

Dia 21/07/2014 (segunda-feira)

15:00h às 18:30h – Chegada dos participantes indígenas vindos de comunidades do Rio Grande do Norte

19:00h – Jantar

20:00h – Interação entre os participantes

Dia 22/07/2014 (terça-feira)

7:00h – Café

8:00h – Credenciamento

9:00h – Abertura

9h40min – Intervalo/lanche

10:00h – Mesa temática: Gestão Escolar Indígena com base em relato de experiências pelos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 124 / 2014

Brasília, 21 de julho de 2014.

gestores das escolas indígenas

José Luiz Soares – E M Indígena João Lino da Silva, comunidade Catu dos Eleotérios

Sueli Potiguara – Escola Pedro Poty, aldeia São Francisco/Baía da Traição/PB

12:00h – Almoço

14:00h – Mesa temática: Política de Educação Escolar Indígena

Joelma Potiguara – Secretária Municipal de Educação de Baía da Traição/PB

Rosilene Tuxá – Coordenação de Educação Escolar Indígena do Governo da Bahia

Representante da Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena do MEC

15h30min – Intervalo/lanche

15h45min – Debate

16h30min – Mesa temática: Formação dos professores indígenas

Jailton Figueiredo – professor Potiguara, aluno do curso de licenciatura específica/PROLIND/UFCG

Profº Flávio Ferreira – Coordenador de extensão/IFRN/Campus de Canguaretama

Prof José Glebson Vieira – Depto. Antropologia/UFRN

17:10h – Debate

19:00h – Jantar

20:00h – Atividade cultural

Dia 23/07/2014 – (quarta-feira)

9:00h – Mesa temática: Controle Social – Participação indígena nos conselhos de acompanhamento da política de educação escolar indígena

Jailton Figueiredo – Professor Potiguara

Tayse Michelle Campos da Silva – representante da APOINME na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI/MEC)

10:00h – Intervalo/lanche

10:15h – Debate

11:00h – Apresentação do resumo das discussões.

11:40h – Encerramento

12:00h – Almoço

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Flavio Ferreira.



Conflitos no Campo Brasil, em 2013: Povos indígenas foram os mais violentados e os que mais resistiram

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.07.2014

Por frei Gilvander Moreira, em seu blog

Não foi por acaso que a 29ª edição do livro-relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) *Conflitos no Campo Brasil 2013* trouxe na capa a foto de um indígena pintado, com olhar firme e destemido para a resistência. De fato, em 2013, *Conflitos e Violência* atingiram de forma veemente os povos indígenas e comunidades tradicionais. Das 1.266 ocorrências relacionadas ao conjunto dos conflitos no campo no Brasil, 205 estão relacionadas aos indígenas. 154 referem-se a conflitos por terra ou retomada de territórios e 11 a conflitos pela água. Das 34 mortes por assassinato, 15 são de indígenas. São também indígenas 10 das 15 vítimas de tentativas de assassinato.

Mato Grosso do Sul e Bahia lideram o ranking da violência contra os indígenas. O Mato Grosso do Sul destaca-se: 15 foram ameaçados de morte, 7 sofreram tentativa de assassinato, 3 foram assassinados, 8 presos. 100% dos assassinados e dos que sofreram tentativa de assassinato são indígenas. Também 100% dos assassinados em Roraima são indígenas. Na Bahia, dos 6 assassinatos, 4 são de indígenas e das 3 tentativas de assassinato, 1 é contra indígena, além de 3 ocorrências de ameaça de morte.

Chama atenção o alto índice de violência incidente sobre as lideranças indígenas, com 34 ocorrências relacionadas a ameaças de morte, 26 a tentativas de assassinato e 4 assassinatos.

Em 2013, porém, os povos indígenas não foram simplesmente vítimas de ações violentas. Eles protagonizaram 61 ações de retomada de seus territórios, entre as 230 registradas. 20 destas ações se registraram na Bahia e 30 no Mato Grosso do Sul. Fatos que desconstróem a noção de passividade dos nossos parentes indígenas.

Além disso, os indígenas multiplicaram de Norte a Sul do País suas manifestações. Foram 156, envolvendo 35.208 indígenas. Por diversas vezes o canteiro de obras da Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, foi ocupado; os índios Munduruku da região do Tapajós, no Pará, queimaram documento que lhes foi enviado por representantes do governo federal, que se negavam a encontrar-se com eles numa aldeia, como eles exigiam. Por dias consecutivos, no Paraná e no Rio Grande do Sul, os índios protestaram contra a suspensão dos processos de reconhecimento e demarcação de suas terras, bloqueando diversas rodovias, ocupando a sede do PT no Paraná, fazendo protestos diante do Palácio do governo no RS.

A ação que mais chamou a atenção foi a ocupação do Plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, quando exigiam a suspensão da Proposta de Emenda Parlamentar (PEC) 215/00, que propõe transferir a competência pela demarcação das terras indígenas da Presidência da República para o Congresso, e de outros projetos de lei, portarias e decretos, que pululam no Congresso, contra os direitos adquiridos.

CONT.



O número de conflitos pela água apresentou considerável crescimento de 32%, de 79, em 2012, para 104, em 2013. É o maior número desde 2002 quando a CPT começou a contabilizá-los. O maior número de conflitos pela água está relacionado com a construção de hidrelétricas, 43 ocorrências, e cresce o número de conflitos relacionados à mineração, 28 ocorrências.

Em 2013, entre as 241 pessoas ameaçadas de morte estão 40 mulheres. Nos últimos 10 anos – entre 2004 e 2013 – 2.282 pessoas foram ameaçadas de morte por questões relativas a conflitos por terra. Destas 382 eram mulheres. Nos últimos 10 anos, 338 mulheres foram assassinadas na luta pela terra.

Número de famílias despejadas em 2013 cresce 76% na Amazônia, passando de 1.795 para 3.167. Também na Amazônia, o número de famílias expulsas cresceu em 11%, passando de 472 para 525.

Em 2013, pela primeira vez o número de pessoas resgatadas da escravidão foi maior nas cidades – na construção civil e indústria têxtil – do que no Campo. Dos 2.242 trabalhadores resgatados em 2013 no Brasil, 1.153 foram libertados em atividades urbanas, o que representa 51% do total de libertados. De 28.702 trabalhadores resgatados entre 2003 a outubro de 2012, período em que foram analisados dados relacionados à concessão do seguro-desemprego, ao qual todo trabalhador resgatado tem direito, nada menos do que 7.319 são maranhenses (25,5%). O Maranhão é o penúltimo estado do país no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano (0,639 pontos no índice de 0 a 1), à frente apenas de Alagoas.

Mas os números são apenas a ponta do iceberg da violência no Campo. Anna Maria Rizzante Gallazzi, no livro *Conflitos no Campo Brasil 2013*, nos alerta: “Os números, porém, não dizem, nem mostram a angústia, as lágrimas, a dor das esposas, mães e pais, filhos e filhas, irmãos que recebem a notícia e os corpos dos que foram assassinados. Menos ainda mostram a dureza dos dias, quando precisa continuar a vida, aprender a viver sem a pessoa querida, seguir a vida, trabalhar, engolir os soluços e a dor para ajudar quem sobreviveu. Não mostram as longas noites de insônia e de medo, cheias de preocupação. Números não mostram, não falam, não contam...” (p. 64).

Importante lembrar que para os agentes pastorais da CPT contar a cada dia os números da violência no campo não é fazer um registro frio. É o serviço de alguém que está ao lado dos camponeses, sofrendo com eles, mas conspirando lutas de resistência e de enfrentamento ao sistema do capital na convicção de que a terra, as águas, a biodiversidade e toda a cultura popular jamais podem ser privatizadas como insistem o sistema do capital e seus vassalos.

Para acessar a íntegra de *Conflitos no Campo Brasil 2013*, da CPT, acesse AQUI (<http://racismoambiental.net.br/2014/07/conflitos-no-campo-brasil-em-2013-povos-indigenas-foram-os-mais-violentados-e-os-que-mais-resistiram/%20www.cptnacional.org.br>).



Indígenas denunciam Estado mexicano por violações de direitos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.07.2014

Da Página do MST*

Nesta quinta-feira (17), povos de seis comunidades indígenas do estado de Chiapas, no México, denunciaram autoridades agrárias por violações de direitos e provocação de conflitos agrários em seus territórios.

A denúncia ocorreu durante uma coletiva que integra o Tribunal Permanente dos Povos (TPP) – Caso Viejo Velasco, com justiça e paz encontramos a verdade, que ocorre nesta sexta-feira (18) em Limonar, Ocosingo, no próprio estado de Chiapas.

A violação dos direitos indígenas em Chiapas ocorre há alguns anos. Nesse período, inúmeras comunidades têm sido afetadas, como a Cuauhtémoc Cárdenas, Lancajá Tsetal, Ojo de água, Nuevo Francisco Leon, Joltulijá.

Essas comunidades têm sido vítimas de ameaças, divisões internas, violações da área de produção agrícolas e reservas naturais, e até mesmo agressões físicas fomentadas por representantes do Estado e aplicadas por ex-companheiros ou membros de outras comunidades.

“Violaram nossos direitos como povos indígenas a possuir, utilizar e controlar nossas terras, territórios e recursos naturais, estabelecidos nos art. 25, 26 e 27 da declaração da ONU dos povos indígenas”, contestam no trecho de uma das denúncias.

Essa tem sido uma prática recorrente no estado de Chiapas a pelo menos 20 anos, desde quando iniciou o levante de insurgentes zapatistas e resistência das comunidades contra os projetos e iniciativas governamentais colocados em prática pelo Estado mexicano.

“Os programas só chegaram para dividir a comunidade”, afirmam. De acordo com as denúncias, as autoridades agrárias mexicanas têm violado insistentemente a lei agrária e seu regulamento ao impor o Programa de Apoio a Núcleos Agrários sem Regularizar (PANAR), sem fazer convocatória prévia para assembleia geral da comunidade, quem deveria aprovar programas e ações governamentais em seu território.

Este intento busca atender os interesses capitalistas na América Latina, como a privatização e comercialização das terras, expulsão dos trabalhadores indígenas e camponeses dos seus territórios, e destruição dos processos de autonomia e propostas coletivas de trabalho.

Por isso, as comunidades denunciam o ataque direto à constituição mexicana, em especial o art. 27, o fomento das divisões internas nas comunidades e a grupos paramilitares financiados pelos governo, além da guerra contra os povos em luta e resistência.

*Texto escrito pela Brigada Intercambista do MST no México



Comunidades indígenas denunciam desalojamento forçado e violência policial
SÍTIO ADITAL, 21.07.2014

Adital

Representantes de comunidades do município El Estor (Departamento de Izabal), na Guatemala, denunciam que famílias dos indígenas Qe'qchi's têm sofrido desalojamento forçado e violência policial nas últimas semanas. Em entrevista coletiva realizada no último dia 16 de julho, lideranças da região expuseram a situação e exigiram investigação por parte do Ministério Público e uma urgente legalização de terras para os povos.

Segundo eles, no último dia 10 de julho, forças policiais chegaram a disparar bombas de gás lacrimogêneo contra mulheres e crianças que se encontravam na comunidade 30 de Junio Se'chaj, ação realizada após autorização de desalojamento por parte da Justiça da Guatemala. Juan Tuc, representante das comunidades de El Estor, afirma que a Polícia Nacional Civil, guardas de segurança da Companhia Guatemalteca de Níquel (CGN) e agentes contratados pela empresa teriam atuado contra a comunidade sem que esta receba a ordem oficial de despejo.

Entre as comunidades atingidas estão: 30 de Junio Se'chaj, Asociación Campesina Maya Q'eqchi, Setal, Agua Caliente Lote 9, Comunidad 13 de abril, Lote 8, Las Nubes, La Ceiba e El Zapotillo. O resultado da ação das forças de segurança foi de três jovens feridos, várias casas queimadas e 15 estudantes de uma escola local intoxicados por gás lacrimogêneo. Essa é a terceira vez que a juíza Sandra Janeth Méndez decide contra as comunidades e a favor da Companhia.

"Todas as comunidades Q'eqchi's de El Estor, Izabal, defendemos nossas terras, porque somos donos dessas terras, nossos avós lutaram por nossas terras, por isso não queremos que sigam os desalojamentos, somos nativos deste país, nós não queremos empresas transnacionais que venham a desalojar as famílias de suas terras", afirma Santiago Tuc, representante das comunidades.

De acordo com Rafael González, integrante da direção nacional do Comitê de Unidade Camponesa, que compõe a Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) Via Camponesa, a denúncia já foi interposta à Procuradoria de Direitos Humanos. Os movimentos sociais também têm prevista reunião com o Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas para discutir o assunto. "[As famílias] foram desalojadas de forma violenta, apesar de manterem diálogo com autoridades, para chegarem a acordos e encontrarem uma solução para a situação na área", indica González.

Durante a entrevista coletiva, representantes das comunidades aproveitaram para desmentirem publicações de alguns veículos de comunicação, que teriam apontado que, no momento de despejo, em 10 de julho, membros das comunidades portavam armas. "É

CONT.



mentira. Nós não temos armas. Nós, o que fazemos é defender nossas terras, terras que nossos avós nos deixaram”, afirmou Juan Tuc.

As comunidades atingidas responsabilizam pelo desalojamento violento o governo do Presidente da Guatemala, Otto Pérez Molina, o governador do Departamento de Izabal, Raúl Estrada Jeréz, e a CGN, uma vez que empresas como esta atuam em sua maioria com o respaldo das instituições públicas. Elas exigem que se faça com urgência uma reforma agrária no país, que atenda às demandas de legalização das terras para as comunidades Q’eqchi’s do município de El Estor.



Sindicato Rural de Caarapó encerra curso na Reserva Indígena Te' Yikue
SÍTIO CAARAPÓ NEWS, 21.07.2014

O Sindicato Rural de Caarapó, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), realizou no período de 15 a 16 deste mês, o curso de "Preparo artesanal de produtos de limpeza". As atividades foram realizadas na Aldeia Indígena Te' Yikue com um total de 15 participantes.

Segundo a palestrante das atividades, Maria Cristina Sartori Lhopis, Campos, o curso tinha como objetivo preparar produtos de limpeza de forma artesanal, para consumo próprio da referida comunidade.

O curso teve uma carga horária 16 horas e trabalhou os seguintes pontos: Embasamento teórico sobre produtos de limpeza: histórico, equipamentos de proteção e considerações técnicas; Técnica de preparo de sabão em barra com uso de fubá; Técnica de preparo de sabão em barra com uso de álcool; Técnica de preparo de sabão em barra com uso de óleo usado; Técnica de preparo de sabão líquido; Técnica de preparo de sabão em gel; Técnica de preparo de sabão em pó; Técnica de extração artesanal de essências; Técnica de preparo de desinfetante; Técnica de preparo de detergente; Técnica de preparo de limpa-piso; Técnica de preparo de amaciante caseiro; e Temas transversais: medidas de segurança no trabalho, meio ambiente, novas exigências profissionais e cidadania.

O encerramento do curso contou com a presença do presidente do Sindicato Rural de Caarapó, Antonio Humberto Maran, e do mobilizador do curso, Odilson Bandeira.

Mais informações sobre os próximos cursos oferecidos pelo Sindicato Rural no telefone 3453 1853.



Eleições e a Questão Indígena: Eduardo Campos diz que garantirá demarcações de Terras Indígenas

SÍTIO SINDIRURAL/PORTO SEGURO-BA, 21.07.2014

O candidato à Presidência da República pelo PSB, Eduardo Campos, disse em entrevista ao Canal Rural que garantirá os processos de demarcação e homologação de Terras Indígenas. "A Constituição brasileira já diz claramente qual é o devido procedimento legal para demarcação de Terras Indígenas e nós precisamos fazer isso", disse Campos que tem como candidata a vice a ambientalista e indigenista Marina Silva. "A paz no campo é cumprir a lei", disse o candidato.

O candidato entretanto, a Questão Indígena do Mato Grosso do Sul. Segundo ele, naquela situação, os fazendeiros podem produzir em outro lugar desde que se faça um acordo para indenização dos produtores rurais.

A posição do candidato é dúbia e irreal. Ele fala, por um lado, em fazer cumprir as regras já estabelecidas na Constituição e em indenizar produtores rurais cujas terras sejam incluídas em áreas demarcadas pela Funai. Mas não se pode fazer as duas coisas ao mesmo tempo.

A Constituição Federal diz que terras demarcadas pertencem à União e a governo não pode comprar o lhe pertence. O devido procedimento legal para demarcação já estabelecido na Constituição a que Campos se refere é expropriatório.

O caso mencionado pelo Candidato é particular e não pode ser usado como solução para os conflitos no campo. No caso da Fazenda Buriti há uma decisão judicial que diz que a área cobijada pela Funai NÃO é indígena. Nesse caso o Governo pode indenizar os agricultores que, de qualquer forma, terão que abandonar suas querências.

Construir uma solução que pacificado para a Questão Indígena passa por alterações na lei. Um candidato que queira verdadeiramente solucionar o problema precisa se comprometer com isso.

Aparentemente, Eduardo Campos fala sério quando diz que garantirá as demarcações, mas tergiversa sobre a solução pacificadora. O compromisso com a demarcação de terras indígenas está expresso das diretrizes de governo já apresentadas pelo candidato.

Cá para nós, é improvável que um governo de esquerda que tenha Marina Silva como vice e as portas abertas para as ONG faça algo para mudar o atual processo expropriatório de demarcação de Terras Indígenas.

Fonte: Questão Indígena



Primeira assembleia dos povos indígenas será realizada na manhã de hoje

SÍTIO UFMG, 21.07.2014

Dezenove lideranças de povos indígenas – entre krenaks, guaranis kaiowas, maxakalis e caiapós – se reúnem nesta segunda, às 10h, no auditório da Reitoria, na abertura da primeira Assembleia Aty Guasu.

O encontro é o destaque do quarto dia do 46º Festival de Inverno da UFMG. As lideranças discutirão os processos de retomada e de demarcação das terras indígenas no país e darão seus testemunhos sobre conflitos e formas de atuação e articulação política. Entre os presentes, estará Yabuti Metuktire Puiu, líder caiapó da resistência contra a construção da Usina de Belo Monte, no Pará.

A programação do dia será aberta às 9h, com um café coletivo, atividade que se repetirá ao longo da semana.

No período da tarde, a partir das 14h, integrantes dos Grupos de Trabalho (GTs) percorrem o campus, realizando suas atividades.

Às 18h, a mostra Cine Maloca faz sua estreia na Estação Ecológica com exibição de filmes produzidos por cineastas indígenas. No mesmo encontro, representantes de ocupações urbanas farão uma roda de conversa.

Às 20h, também na Estação Ecológica, uma roda de histórias encerra a programação de segunda. Participarão as lideranças indígenas presentes na Assembleia dos Povos Indígenas Aty Guasu.

Atração à parte é a Feira de Tudo que, das 10h às 22h, reúne, em frente ao prédio da Reitoria, trabalhos artesanais, comidas e bebidas para exposição e vendas.

O Festival de Inverno da UFMG prossegue até sábado, dia 26, no campus Pampulha, e sua programação pode ser conferida neste link. Realizado pela Diretoria de Ação Cultural (DAC) da UFMG, o evento voltou neste ano a Belo Horizonte depois de 22 anos de itinerância pelo estado.

Para acompanhar as notícias sobre o evento, acesse as redes sociais – www.facebook.com/FestivalUFMG e www.twitter.com/FestivalUFMG – e o site do Festival.



Enquanto Funai admite paralisação de demarcações, relatório demonstra efeitos da política governista

SÍTIO ECODEBATE, 21.07.2014

Não pedimos que gostem dos índios. Exigimos apenas que nos respeitem. Que respeitem nossos direitos”. E a violação desses direitos, trazida pela fala de Ivanildo Tenharim diante das agressões sofridas pelo seu povo, é uma das principais causas dos dados apresentados pelo relatório de violências contra os povos indígenas, referente ao ano de 2013, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), lançado na manhã desta quinta-feira, 17, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília (DF).

[Clique aqui para fazer o download do relatório](#)

Parte das análises do relatório, a omissão do Poder Público recebeu destaque. Na questão indígena, a omissão é o principal combustível da violação. Nesta quinta, a Funai declarou para a Agência Brasil que por orientação do governo federal paralisou os processos de demarcação em áreas de conflito. Com efeito, são nestas terras indígenas que está a maior concentração de violências e agressões contra os povos, conforme atesta o relatório. No lugar de demarcar as terras, assentar os pequenos agricultores e pagar as benfeitorias, a decisão do governo é a de não contrariar os aliados ruralistas.

O presidente do Cimi, Dom Erwin Kräutler, acredita que “o governo federal se nega a cumprir suas obrigações constitucionais de assegurar as terras indígenas. Com o relatório visamos uma ampla e intensa campanha de luta em defesa da vida. Precisamos urgentemente rever as prioridades sociais e direção política de nosso país. Não podemos nos calar diante do que ocorre com estes povos, que querem viver”.

Viver. Como povos indígenas podem viver sem ocupar de forma plena suas terras tradicionais? A paralisação dos procedimentos demarcatórios como parte da política indigenista estatal, deixando 64% das terras indígenas sem regularização, mantém comunidades confinadas ou acampadas às margens de rodovias e vulneráveis às violências de fazendeiros, madeireiros, grandes empreendimentos. Para muitos indígenas a teia de dissociações fiadas não deixa outro caminho fora o suicídio, alcoolismo e a violência entre si.

No Mato Grosso do Sul, conforme o relatório, ocorreram 73 suicídios em 2013, sendo 72 entre os Guarani Kaiowá. O pior resultado em 28 anos. Já o município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, majoritariamente de população oriunda de 23 povos indígenas da região do rio Negro, lidera o ranking de suicídios entre os mais de 5 mil municípios, conforme o Mapa da Violência 2014, com taxa de 50 por 100 mil habitantes – dez vezes maior que a média nacional. Leia análise aqui.

Racismo e incitação ao ódio

CONT.



"O relatório 2013 traz de forma muito forte a postura anti-indígena de setores da sociedade brasileira. Os ruralistas promoveram manifestações, leilões e no parlamento tentam aprovar projetos contra estas populações. Isso tem um efeito direto nas formas de violências contra os povos indígenas", aponta a coordenadora do relatório, a antropóloga Lucia Helena Rangel. Assessora do Cimi, Lucia destaca o que chama de "liberdade de expressão" contumaz dos detratores das lutas indígenas com ataques racistas, pejorativos e de incitação ao ódio.

A antropóloga lembrou da audiência pública da Comissão de Agricultura da Câmara Federal, ocorrida no município de Vicente Dutra (RS) em novembro do ano passado, onde os deputados Luiz Carlos Heinze (PP/RS) e Alceu Moreira (PMDB/RS) fizeram ataques agressivos não só contra indígenas, mas também envolvendo negros e homossexuais taxando-os de "tudo o que não presta". A audiência foi financiada com recursos públicos. Assista ao vídeo aqui.

Mesmo longe de ser algo novo no país, tais ataques surpreendem pelo respaldo político que encontram no Executivo e Legislativo. O missionário indigenista Roberto Liebgott, também coordenador do relatório, analisa que a postura omissa do governo federal diante da efetivação do direito ao território tradicional desencadeou uma onda de violência contra os indígenas em diversos campos da sociedade, caso do legislativo. "A conexão se dá pelo governo federal, que possui uma dependência política dos ruralistas, e então juntos eles harmoniosamente agem contra os direitos indígenas", afirma Liebgott.

Num contexto desfavorável, onde a cada 100 indígenas que morrem 40 são crianças, comprometendo assim até mesmo o futuro destes grupos, os povos seguem resilientes. Sobretudo com a nova tática de criminalização, que conta com prisões e imputação de crimes sobre os ombros calejados de lideranças, caciques e pajés. E não é mera coincidência que tenham ocorrido prisões e acusações em áreas de conflito, seja motivado pelos interesses do agronegócio, do próprio governo e seus empreendimentos ou pela ação ilegal de madeireiras. Mesmo quando se trata de terras demarcadas. O caso emblemático de 2013 foi o ocorrido com os Tenharim, entre os municípios de Humaitá e Manicoré, no Amazonas. Para o relatório de 2014 já existem outras duas situações: os cinco Kaingang presos no Rio Grande do Sul e Babau Tupinambá detido em Brasília. Acusados de crimes que não cometeram, provas inconsistentes ou inexistentes. Um padrão.

Caso Tenharim

No caso dos tenharim, cinco lideranças foram presas acusadas de assassinar, em dezembro do ano passado, três homens. Sem nenhuma prova de que tivessem cometido o crime, e negando de forma contundente, foram execradas e condenadas pela imprensa e hoje os tenharim não podem circular pelas cidades sob risco de espancamento. As crianças estão proibidas de frequentar a escola, os professores de lecionar e os indígenas servidores públicos não podem mais se dirigir aos postos de trabalho. "A Justiça age contra a gente, mas não contra madeireiros e demais invasores. Nenhuma denúncia que fazemos tem providência. Isso acontece no Brasil inteiro", destaca Ivanildo Tenharim.

A liderança explica que com a abertura da Rodovia Transamazônica pela ditadura militar, nos anos 1970, chegaram os fazendeiros e madeireiros. Parte do povo foi escravizado pelas frentes

CONT.



de colonização. Outra parte morreu assassinada ou em decorrência da invasão. Assim nasceu o conflito. Dezenas de madeireiras se instalaram e prosperaram. Neste início de século XXI, a única área da região que mantém a floresta preservada está na terra indígena. Os madeireiros então passaram a invadir e retirar madeira do território tradicional com cerca de 1 milhão de hectares. Os tenharim reagiram.

“Montamos os pedágios, a partir de 2006, como forma de compensar. Os recursos financiavam nossa luta contra as madeireiras. Nunca aceitaram e faz tempo que buscavam um motivo para nos atacar. Com a morte dos três passaram a nos acusar. Fecharam a estrada, atacaram a aldeia, a Funai, queimaram o barco. Todo mundo ficou contra a gente. Quem estava na cidade teve de ficar no quartel do Exército”, conta Ivanildo. O povo segue ameaçado e perseguido. A prisão das cinco lideranças mudou a rotina da aldeia e a liderança tenharim afirma que estão desamparados.

“Fosse apenas fazendeiro e madeireiro, tudo bem. O problema é que tem o Poder Público no meio, a Polícia Federal. Quando vamos fazer queixa de ameaça na delegacia, dizem que o sistema está fora do ar. Tudo isso está relacionado com os interesses de madeireiros, fazendeiros e do próprio governo que tem projeto para aquela região”, critica o tenharim olhando a capa do relatório, com o barco do povo pegando fogo depois de atacado com bombas incendiárias pela horda arregimentada por setores anti-indígenas da região.

Ao comentar o relatório, dom Leonardo Steiner, secretário geral da CNBB, se deteve ao poder simbólico da imagem: “É uma capa muito significativa: estamos queimando culturas. Creio que não há dimensões do quanto isso é ruim para o país. Não são números o que este relatório nos traz, mas pessoas. Não podemos continuar com essa tragédia contra os povos indígenas”.

Fonte: Cimi.

Conselheira Federal da OAB fala sobre Direito Indígena na entrevista da semana
SÍTIO FATO NOTÓRIO, 21.07.2014



A conselheira federal da OAB e procuradora do Município de Campo Grande (MS), Samia Roges Jordy Barbieri, é a entrevistada da semana do Informativo Jurídico FATO NOTÓRIO – o tema da entrevista foi, essencialmente, o "Direito Indígena".

Pauta – A entrevistada abordou diversos assuntos referentes ao Direito Indígena, como a aplicação do Direito Penal aos índios, a visão do Poder Judiciário, os trabalhos desenvolvidos pelas comissões temáticas da OAB, a participação do CIMI e de ONGs internacionais na questão, a relação dos índios com os produtores rurais, o atual processo de demarcação indígena e a atuação do CNJ após o conflito ocorrido em Sidrolândia (MS), dentre outros assuntos.

Indagada sobre como o Judiciário enxerga o índio, Samia Barbieri citou a clássica definição de Darcy Ribeiro e cobrou a inclusão da disciplina "Direito Indígena" nos bancos acadêmicos: "Índio é todo o indivíduo reconhecido como membro por uma comunidade pré-colombiana que se identifica etnicamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população brasileira com quem está em contato".

Sidrolândia – Samia Jordy Barbieri revelou que participou da reunião que deliberou sobre a criação de uma comissão pelo CNJ para discutir a violência entre índios e produtores rurais no município de Sidrolândia, em 2013, e lamentou a falta de definição quanto ao processo de demarcação e o pagamento de indenização aos proprietários.

Explicou: "Esperamos que essa e todas as comissões sejam parceiras na busca da solução definitiva, em busca da dignidade da pessoa humana do índio, sem prejuízo da política de desenvolvimento do Estado".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 124 / 2014

Brasília, 21 de julho de 2014.

A entrevistada frisou que índios e produtores rurais estão do mesmo lado na controvérsia – e, não, em lados distintos: "O agronegócio e os direitos dos povos indígenas estão na mesma situação: vítimas do descaso e da própria sorte. Isso é temerário para a economia e o desenvolvimento do Estado. A luta pela indefinição é inglória para os dois lados".

Entrevista Integral – Você pode acessar o conteúdo integral da entrevista concedida pela conselheira federal da OAB Samia Jordy Barbieri na página principal do Informativo Jurídico FATO NOTÓRIO (www.fatonotorio.com.br) ou clicando aqui.

Fato Notório



O sangue que tinge nossa terra

SÍTIO JL NEWS, 21.07.2014

Em 2013, o Estado de Mato Grosso do Sul registrou o maior número de assassinatos de indígenas do país, os casos de suicídios foram os maiores em 28 anos de registros. Abandonados pelos órgãos públicos e fundações responsáveis, os nativos estão à mercê, lutando contra a desigualdade social e esperando a entrega das terras que são suas por direito.

Andre Farinha

Certa vez um índio americano, identificado como 'Chefe Sioux', escreveu um poema que outrora virou oração. O texto, intitulado 'Prece do Índio Americano', é na verdade uma suplica ao 'Grande Espírito'; um pedido de socorro para que intervenha e proteja os nativos dos perigos, especialmente o maior de todos estes, o 'homem branco'.

No Brasil, especialmente em Mato Grosso do Sul, parece que estamos acostumados a ver á cada novo dia á notícia de que um índio foi assassinado ou que fora encontrado morto com uma corda no pescoço, vítima do cruel suicídio. Um dos versos da oração, "Eu sou pequeno e fraco. Eu preciso de sua Força e Sabedoria. Deixe-me caminhar em sua beleza e faça meus olhos observarem para sempre o pôr do sol vermelho e púrpuro", parece descrever o cenário em que vivem os indígenas brasileiros.

A verdade pode soar de forma exagerada, mas o fato é que o Brasil tem o seu 'faroeste', e diferente dos filmes clássicos do cinema americano – onde caubóis, xerifes e bandidos trocavam tiros em duelos emocionantes –, por aqui os personagens são outros, o cenário é outro, os objetivos são outros e as vítimas são reais. Índios e fazendeiros travam uma disputa mortal por terras, os nativos defendem o que é seu por direito enquanto que os produtores tentam assegurar suas posses, tendo ao seu lado um governo centrado na economia do campo e no 'poder eleitoral' que a classe tem.

Mato Grosso do Sul é o principal campo de batalha desta guerra sem fim, apenas em 2013, conforme os dados apresentados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) através do relatório 'Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil', divulgado na quinta-feira (17), foram 33 casos, de um total de 53 assassinatos de índios ocorridos no país. No ano passado, o relatório produzido com números de 2011, também indicou o estado sul-mato-grossense como o que mais registrou homicídios de nativos.

Apesar do número altíssimo, na comparação com o ano anterior o assassinato de índios diminuiu tanto em nível estadual quanto em nível federal. O relatório de 2012 apontou a morte de 60 índios, sendo 37 ocorridos em Mato Grosso do Sul. Conforme os dados divulgados pelo Cimi, entidade vinculada ao Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), nos últimos dez anos foram registrados mais de 500 assassinatos de indígenas no país, apesar do número

CONT.



preocupante jamais houve uma atenção especial por parte do Poder Público para diminuir tais casos.

De acordo com o bispo Erwin Kräutler, presidente do Cimi, muitas das agressões registradas pela entidade ao longo de 2013 têm como pano de fundo a paralização de todos os procedimentos de demarcação de terras indígenas imposta pela presidente Dilma Rousseff (PT). "A atitude de paralisar os já morosos processos em curso demonstra que as atenções do governo estão voltadas aos setores da economia e da política ligados ao latifúndio, ao agronegócio, às empreiteiras, mineradoras e empresas de energia hidráulica, que visam exclusivamente à exploração da natureza em terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas", criticou, no texto de abertura do relatório.

Ainda conforme os dados do Cimi, das 1.047 áreas reivindicadas por povos indígenas, 38% estão regularizadas. Cerca de 30% delas estão em processo de regularização e em 32% dos casos, o procedimento de demarcação foi iniciado. Das terras já regularizadas, 98,75% são na Amazônia Legal. Enquanto isso, 554.081 dos 896.917 indígenas vivem em regiões do país que têm 1,25% da extensão das terras indígenas regularizadas.

Rendição divina

Ao mesmo tempo em que as questões territoriais ameaçam a vida das comunidades indígenas Brasil á fora, os nativos se veem cercados por outro problema gravíssimo, a desigualdade social, que traz consigo o mal das drogas, o desemprego e a depressão. O estudo produzido pelo Cimi apontou um aumento gigantesco de casos de suicídio em Mato Grosso do Sul. O relatório aponta que, somente em 2013, 73 índios cometeram suicídios no estado, o número é 20 vezes maior que o do ano passado, quando 53 nativos tiraram a própria vida. Em 13 anos, foram 659 suicídios de indígenas em MS, sendo que o ano passado foi o pior em 28 anos de registros.

Tais casos trazem características em comuns: grande parte dos indígenas que se renderam a morte era da etnia Guarani-Kaiowá; jovens (de 15 a 30 anos de idade) e do sexo masculino. A culpa para estes suicídios, por assim dizer, está num conjunto de fatores, como a perda de vínculos culturais e históricos, abuso e dependência de drogas e bebidas alcoólicas, problemas psíquicos, abusos sexuais, separações de familiares, isolamento na vida social e na família, estresse cultural e enfraquecimento do sistema de crenças e espiritual.

Outro assunto bastante polêmico, e que merece atenção por parte do Poder Público e entidades sociais, é quanto à mortalidade na infância. Foram 17 óbitos de indígenas de 0 a 5 anos de

idade no estado em 2013, de acordo com dados de abril de 2014, para o período de janeiro a dezembro de 2013, ocorreram 90 óbitos de crianças nesta mesma faixa etária. O coeficiente de mortalidade infantil de menores de 5 anos no estado é de 45,9 para cada 1.000 indígenas nascidos, enquanto a média nacional em 2013 é de 19,6, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), variando de acordo com cada região.

O estudo aponta outros casos de desrespeito aos direitos dos povos indígenas cometidos pelo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 124 / 2014

Brasília, 21 de julho de 2014.

Governo em Mato Grosso do Sul, em grande parte destes, nosso estado aparece como o que mais registra casos. A resposta por parte do Poder Estadual continua sendo a mesma de outrora, 'a responsabilidade é da União', que, por sua vez, empurra para as fundações e órgãos responsáveis, que nada fazem. Enquanto os Poderes brincam com o jogo de empurra-empurra, índios observam o pôr do sol vermelho e púrpuro como se fosse o último de suas vidas.